



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos sociais: pesquisa teórica e profissional.

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ENCLAVES DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL DO SÉCULO XXI

JULIANA MENAS VIEIRA¹

Resumo: O presente trabalho é fruto de reflexões críticas construídas a partir das experiências de monitoria e extensão, vivenciadas ao longo do curso de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A partir do método materialista histórico dialético de análise da realidade, busca contribuir para construção de mediações teórico-práticas no que tange aos desafios presentes na necessária relação entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais. A discussão será apresentada em três pontos centrais: As raízes da vinculação Serviço Social brasileiro ao processo de construção de uma nova ordem societária - sem exploração de classe, etnia e gênero; As contradições da transição pós ditatorial e a abertura neoliberal para a consolidação do projeto ético e político profissional; Frente de Serviço Social do MTST: uma análise crítica de uma experiência concreta.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Serviço Social; Luta de classes.

Abstract: The present work is the result of critical reflections based on the monitoring and extension experiences experienced during the course of graduation in Social Work by the Federal University of the State of Rio de Janeiro. From the dialectical historical materialist method of reality analysis, it seeks to contribute to the construction of theoretical-practical mediations regarding the present challenges in the necessary relationship between Social Service and Social Movements. The discussion will be presented in three central points: The roots of the Brazilian Social Service link to the process of building a new corporate order - without exploitation of class, ethnicity and gender; The contradictions of the post-dictatorial transition and the neoliberal opening for the consolidation of the professional ethical and political project; MTST Social Service Front: a critical analysis of a concrete experience.

Keywords: Social Movements; Social service; Class struggle.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de reflexões críticas construídas a partir das experiências de monitoria² e extensão³, ambas vivenciadas pela autora durante o curso de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. A partir do método materialista histórico dialético de análise

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <vieira.juliana@gmail.com>

² Monitoria da disciplina Estado, Classes e Movimentos Sociais 2, sob supervisão do professor Dr. Rodrigo Castelo, no primeiro semestre de 2018.

³ Projeto de Extensão Universitária "A luta por moradia em São Gonçalo: a experiência do MTST na ocupação Zumbi dos Palmares", sob orientação do professor Dr. Bruno José de Oliveira, iniciado em 2015 e ainda em andamento.

da realidade, o presente trabalho busca contribuir para construção de mediações teórico-práticas no que tange aos desafios presentes na necessária relação entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais. Destina-se ao XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, para apresentação oral, no eixo Movimentos Sociais e Serviço Social, subeixo Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional.

A discussão será apresentada em três pontos centrais: As raízes da vinculação Serviço Social brasileiro ao processo de construção de uma nova ordem societária - sem exploração de classe, etnia e gênero; As contradições da transição pós ditatorial e a abertura neoliberal para a consolidação do projeto ético e político profissional; Frente de Serviço Social do MTST: uma análise crítica de uma experiência concreta.

No primeiro ponto buscamos situar histórica e socialmente o compromisso da categoria profissional às lutas da classe trabalhadora através de alguns elementos do movimento de reconceituação do Serviço Social latino americano. O resgate propõe ao leitor a discussão sobre a relação intrínseca do desenvolvimento da categoria profissional com curso desigual e combinado do capitalismo enfatizando que esta conexão não ocorreu de maneira linear ao longo da história apresentando contradições e particularidades. Para esta análise foi utilizado como bibliografia base o livro Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 (NETTO, 2015).

O segundo ponto trabalhará sobretudo as contradições presentes no período de transição pós ditatorial com foco na realidade brasileira. Compreendendo este período como marco de ascensão do projeto estratégico das classes dominantes em escala mundial: o neoliberalismo. A discussão é conduzida de modo a avançar em alguns elementos presentes na leitura da conjuntura nacional sob a qual está circunscrita a atuação profissional. Para esta análise utilizamos como referência base o artigo Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica (CASTELO, 2017).

Para o terceiro eixo recorreremos à experiência da Frente de Serviço Social do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, como uma contribuição na reflexão acerca da necessária relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais. Compreendendo que esta experiência pode contribuir na tanto na

reflexão dos desafios postos à intervenção profissional no âmbito dos movimentos sociais urbanos quanto nas possibilidades de construção de alternativas coletivas de caráter emancipatórios. Para este ponto foi utilizado como bibliografia base o artigo Para a análise dos movimentos sociais urbanos: da concepção de comunidade à teoria do valor trabalho de Marx (RAMOS, 2016).

Por fim construímos algumas conclusões a partir da discussão apresentada ao longo do texto.

2) AS RAÍZES DA VINCULAÇÃO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIETÁRIA - SEM EXPLORAÇÃO DE CLASSE, ETNIA E GÊNERO

Resgatar as raízes da relação do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora significa neste trabalho uma escolha metodológica a qual busca compreender alguns dos desafios postos à categoria profissional no Brasil e, de maneira mais ampla, nos demais países da América Latina. Compreendendo que as atuais disputas pela hegemonia de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária - sem exploração de classe, etnia e gênero - são parte de um conjunto de processos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos.

Desde sua gênese o desenvolvimento do Serviço Social como instituição no Brasil mantém uma profunda conexão com o desenvolvimento das relações capitalistas na nossa formação. O curso desigual e combinado do capitalismo, a conformação e reprodução da relação de dependência do capitalismo Brasileiro enquanto um país periférico, possuem uma relação intrínseca com o desenvolvimento da categoria profissional. Apesar disto, esta conexão não ocorreu de maneira linear ao longo da história apresentando contradições e particularidades.

Trataremos aqui do movimento de reconceituação do Serviço Social cuja importância ao longo desta trajetória está ligada às profundas transformações vivenciadas não apenas no Brasil mas no contexto latino americano. Desenvolvido entre 1965 e 1975 o movimento de reconceituação latino americano foi marcado por debates que explicitaram uma heterogeneidade nas

concepções de sociedade, de teoria, bem como sobre a prática profissional. Tal debate avançou nos questionamentos quanto a efetividade e eficiência da atuação profissional frente às expressões da questão social e, na construção de uma alternativa crítica no Serviço Social na América Latina frente às mudanças sociais realizadas ou em disputa.

O contexto sociopolítico latino americano nas décadas de 1960 e 1970 quando o fenômeno internacional de contestação social, ligado à nova fase de acumulação capitalista, incidiu e se expressou de diferentes formas nos países e regiões, propiciaram o questionamento sobre a “funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento” (Netto, 2017, p.191) e a necessidade ruptura ou atualização com o passado “tradicional” do Serviço Social. A emergência de atores sociopolíticos vinculados às classes subalternas, a experiência histórica vitoriosa da Revolução Cubana (1959), entre outras impactam direta e indiretamente a prática profissional.

A própria prática profissional impõe aos profissionais desta categoria escolhas cotidianas as quais, inseridas nas condições objetivas em que são realizadas, expressam e reproduzem distintas concepções de mundo em disputa. A aproximação e aproximação da teoria crítica marxista pela categoria e a articulação continental dos profissionais que reconheciam a urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina, foram determinadas portanto, pela necessidade de crítica à esta realidade.

Segundo Netto (2017), o imbricar do contexto de tensionamento das estruturas sociais do mundo capitalista em sua nova dinâmica com a efervescência profissional em escala mundial, deve-se à convergência de três vetores que afetam a reprodução da categoria profissional. O primeiro deles é a revisão crítica no âmbito das Ciências Sociais, na medida que questionou uma série de insumos teóricos (de caráter funcionalista, quantitativista e superficiais) aos quais o Serviço Social recorria relacionando a seus pressupostos teórico-metodológicos. O segundo é o deslocamento sociopolítico das igrejas (Católica e algumas protestantes) o qual Netto (2017: p. 189) define como “adensamento de alternativas de interpretação teológica que justificavam posturas concretamente anticapitalistas e antiburguesas” e afetaram o Serviço Social

tanto no quadro de formação, ação quanto na visão de mundo graças a histórica vinculação da categoria profissional com estas instituições. Por fim, o movimento estudantil que em sua intervenção acirrou os questionamentos sobre as transformações constituintes do quadro global de contestação à ordem burguesa como limite da história, no local de reprodução da categoria profissional - as escolas de formação -, dinamizando assim a erosão da legitimidade do Serviço Social “tradicional”.

O conjunto dos elementos anteriormente apresentados constituíram-se enquanto avanços nas elaborações e confrontos teóricos durante este marco temporal e, em uma análise processual, na construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. Podemos concluir que o movimento de reconceituação do Serviço Social Latino Americano esteve ligado à emergência da nova fase de acumulação capitalista, representando uma resistência ao acirramento das contradições presentes na realidade dependente latino americana. Faleiros (1987: p. 51) destaca que:

[...] a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.

As contradições deste processo incluem o avanço da perspectiva burguesa de modernização por vias ditatoriais o qual instaurou (de diferentes formas) ao longo do território latino americano, uma dura repressão a qualquer alternativa democrática que apostasse nas vias reformista-democrática ou revolucionária. Atingiu portanto, os espaços de organização continental da categoria profissional apresentando rebatimentos no processo de articulação continental.

No contexto do serviço social brasileiro, se por um lado a ditadura empresarial militar ampliou os espaços de formação profissional a partir dos cursos de graduação e pós graduação nas universidades públicas, por outro a supressão das liberdades democráticas realizadas neste período e a disputa ideopolítica circunscrita no marco da modernização conservadora representaram grandes desafios não só à categoria como à organização da classe como um todo. A resposta construída pela categoria profissional - em grande parte pelo acúmulo político realizado durante o movimento de

reconceituação latino americano - se deu em sintonia com as mobilizações dos trabalhadores e movimentos sociais. Ao inserir-se nas lutas contra a ditadura e posteriormente na luta por reformas no período de transição pós ditatorial, a categoria assume seu lugar na luta de classes.

É claro que na ausência de um automatismo, a ruptura com o conservadorismo, o autoritarismo e o psicologismo marcantes ao longo da trajetória do Serviço Social possui um caráter processual. Isto é possível de ser identificado por exemplo quando observamos que apesar de todo os avanços ocorridos ao longo deste período, ainda estão presentes alguns destes traços conservadores nos Códigos de Ética de 1946, 1965 e 1975. O redirecionamento dos documentos basilares da profissão será dado posteriormente na construção das diretrizes curriculares da formação do Assistente Social e na elaboração dos princípios e valores do Código de Ética Profissional de 1993.

Entretanto conforme ressalta Behring (2013, p.12) em relação aos avanços do movimento de reconceituação, “tratou-se de estabelecer novas articulações na sociedade brasileira, decorrentes por sua vez um novo ethos, o de trabalhador assalariado, e que se situa numa perspectiva de solidariedade e organização de classe, da classe trabalhadora.” A articulação da categoria profissional aos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora durante este processo foi, portanto elemento chave para a construção do projeto ético-político profissional, bem como para a reformulação das diretrizes curriculares da formação do Assistente Social e na elaboração dos princípios e valores do Código de Ética Profissional (1993) enquanto documentos que expressam, normatizam e regulamentam os princípios deste projeto.

A Lei da Regulamentação da Profissão nº 8662/93 em seu artigo 4º inciso IX, expõe que cabe ao assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. (BRASIL, 2011, p. 45)

Por sua vez, o Código de Ética do profissional de Serviço Social (1993) expõe, no 9º princípio fundamental, a importância da “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios

deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as”. (BRASIL, 2011, p. 24) E no Art. 12 do mesmo documento, é exposto como direito profissional do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (BRASIL, 2011, p.34)

Concluimos que assim como no processo de ruptura com o conservadorismo a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais significou o fortalecimento do processo de renovação contínua da profissão. Ao assumir o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora expresso nessa relação, também hoje reafirmar esta relação deve ser parte constituinte da resistência aos ataques à democracia e ao aprofundamento das desigualdades presentes no contexto latino americano.

3)AS CONTRADIÇÕES DA TRANSIÇÃO PÓS DITATORIAL E A ABERTURA NEOLIBERAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO E POLÍTICO PROFISSIONAL

Na sessão anterior resgatamos um pouco do contexto social econômico e político o qual envolveu as raízes da construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social Brasileiro. Buscamos compreender esse processo na lógica desigual e combinada de desenvolvimento do capitalismo e nas relações de dependências expressas no contexto latino americano, ressaltando que os movimentos de uma sociedade de classes envolve luta de classes. Neste ponto, procuramos defender teoricamente que os avanços teórico-práticos vivenciados pela categoria profissional durante o período anteriormente estudado não exime a mesma dos desafios impostos à classe trabalhadora no contexto neoliberal mas fornece importantes instrumentos para a construção de alternativas coletivas emancipatórias.

O conjunto de contradições que envolveu o início da articulação da categoria profissional a um projeto ético e político profissional comprometido com a luta geral dos/das trabalhadoras, perpassou também o final da década de 1980 e início da década de 1990. A já significativa solidez teórica alcançada por este projeto enfrenta agora as transformações e contradições presentes no contexto de transição pós ditatorial latino americano. Isto porque conforme

ressalta Castelo (2017) não só no Brasil como em toda América Latina, a queda das ditaduras militares foram resultado tanto das mobilizações populares quanto das movimentações do grande capital nacional e internacional.

O desgaste político e econômico das ditaduras militares latino americanas foi acompanhado da ascensão do projeto estratégico mundial das classes dominantes: o neoliberalismo. A fim de reverter a crise orgânica mundial do capital aberta na década de 1970, as burguesias nacionais e internacionais avançam na elaboração de táticas as quais variam de acordo com as particularidades sociais e econômicas locais. A expressão clara deste processo na América Latina está no fato de os regimes instaurados na transição pós ditatorial não significarem por exemplo o enfrentamento às desigualdades sociais viscerais presentes nestes países.

No contexto brasileiro o período de transição ditatorial é marcado pela ampliação da sociedade política a qual pode ser notada pelo reascenso do novo sindicalismo com a atuação de organizações e movimentos sociais cujo peso político é inegável até os dias de hoje - podemos citar como exemplo a Central Única dos Trabalhadores, Partido dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O movimento pelas “Diretas já” e o processo que envolveu a construção da constituinte representaram importantes avanços tanto como experiência de organização e luta dos trabalhadores quanto na conquista de direitos sociais.

Entretanto, não podemos perder de vista o caráter contraditório deste período. Assim, apesar das inegáveis conquistas dos trabalhadores (Regulamentação do Sistema Único de Saúde, o impulso ao Fórum Nacional de Reforma Urbana entre tantos outros) a tomada do Estado reafirma seu caráter de classe tocando a agenda política econômica segundo a lógica do capital.

Na prática, a acumulação capitalista no Brasil a partir da década de 1990 contou decisivamente com a atuação direta e indireta do Estado e foi garantida a hegemonia rentista dentro do bloco de poder dominante com diversas ações, com ganhos econômicos e políticos para as outras frações: a privatização dos ativos públicos com farto financiamento estatal, a política monetária de juros altos, a liberalização das contas internacionais, a expropriação tributária dos salários e aposentadorias, a política fiscal direcionadora do fundo público para os fundos privados dos donos da dívida pública, isenções fiscais bilionárias, programas sociais que capitalizam

empreendimentos privados , a retirada de direitos sociais, intervenções nos sindicatos, expropriações dos meios de produção dos povos originários, ocupações militares de comunidades populares etc.(CASTELO, 2017, p. 63)

Contratações precarizadas, frágeis condições de trabalho, baixos salários, metas meramente quantitativas, são apenas alguns exemplos dos desafios postos à atuação profissional sob perspectiva emancipatória. A fundação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (1993) e a mudança de nome da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996) são apenas dois exemplos no âmbito da categoria profissional mas que com os dois fragmentos a seguir buscamos evidenciar o diálogo destas com a criação de ferramentas para o enfrentamento desses desafios.

O ano de 1993 também marcou consideravelmente o MESS, pois foi neste ano que a SESSUNE (Subsecretária de Estudantes de Serviço Social da UNE) passa a se chamar ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Esta mudança foi resultado de debates no MESS, onde se evidenciou que o fato de nos tornarmos uma Executiva nos permitiria uma maior autonomia perante a UNE. Ocorreu também a criação da Secretaria de Formação Profissional e a Coordenação Nacional de Representação Estudantil de ABESS. (ENESSO, disponível em <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-nesso.pdf>, acesso em 5/07/2018)

Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu em 1996, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis.

Um desafio permanente da Associação é acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares e da PNE nesse cenário regressivo de direitos e de grande inserção do capital financeiro na educação, o que tem promovido um amplo processo de precarização da formação e do trabalho profissional.[...] Esse acompanhamento vem ocorrendo sistematicamente pelas várias diretorias da ABEPSS tanto em âmbito nacional quanto por meio das direções regionais e acontece nos seus fóruns coletivos: oficinas regionais e nacional de Graduação e Pós Graduação, Fóruns locais, regionais, estaduais e nacional de Estágio, Projeto ABEPSS Itinerante, pesquisas realizadas pela entidade ou pelos membros dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da ABEPSS, e nos debates realizados nos encontros promovidos pela entidade, em especial o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) que se realiza há cada dois anos. (ABEPSS, disponível em <http://www.abepss.org.br/historia-7> acesso em 5/07/2018)

Trata-se de dois exemplos simbólicos para ilustrar e contribuir na reflexão sobre a defesa de um projeto ético político profissional frente à mercantilização das políticas sociais, ao sucateamento das políticas públicas e aos ataques as poucas e ineficientes ferramentas democráticas. Neste mesmo sentido, vale ressaltar o papel historicamente cumprido pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social - Conselhos Regionais de Serviço Social não apenas na fiscalização do exercício profissional como na orientação, normatização e defesa da/do assistente social no Brasil.

Em uma conjuntura assim, o Conjunto CFESS-CRESS reafirma e fortalece, em sua programática, o debate e ações estratégicas em torno da valorização da ética, da socialização da riqueza e da defesa dos direitos, na perspectiva de reconhecer, analisar e se contrapor às formas de mercantilização de todas as dimensões da vida social. Nosso compromisso com o projeto ético-político profissional, expressos nos valores e princípios estabelecidos no Código de Ética dos/as assistentes sociais, nos mobiliza para a luta em defesa de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade, além de nos sensibilizar, em nosso cotidiano profissional, para conhecer as reais condições de vida da população e buscar formas de intervir contra todos os processos de degradação da vida humana. (CFESS, disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/frentes-de-atuacao-e-comissoes-> acesso em 5/07/2018)

O golpe de 2016, a promulgação da EC 95, ocorrida em dezembro de 2016 bem como a brutal repressão aos manifestantes frente ao Congresso Nacional nesta ocasião, a aprovação da Contrarreforma Trabalhista, os recorrentes casos de assassinato de líderes populares, combinados à estrutura social historicamente construída com base da desigualdade social apontam a gravidade da conjuntura nacional.

O golpe de 2016 no Brasil é um dos capítulos mais dramáticos do neoliberalismo, o que não apaga a gravidade dos processos iniciais de implantação e posterior consolidação do projeto das classes dominantes. Inscrito numa conjuntura internacional de crise orgânica do capitalismo desde 2008, que alia crise econômica e crise de hegemonia – com aumento da coerção estatal e de grupos paraestatais exercida contra a classe trabalhadora, ganhando ares neofascistas –, o golpe legislativo-midiático-judiciário leva o vice-presidente Michel Temer ao posto máximo do Executivo. A sua função histórica é retomar, a qualquer custo, as taxas de lucro declinantes no país e de silenciar coercitivamente os crescentes rompantes de rebeldia popular (greves operárias e de servidores públicos, ocupações estudantis, urbanas e rurais, levantes indígenas, as lutas dos movimentos feminista, negro e LGBT). [...] Estamos, portanto, não diante de uma restauração neoliberal com o golpe, pois o neoliberalismo não deixou de ser hegemônico desde FHC, mas sim de uma nova etapa do neoliberalismo, a mais radical no sentido de atacar direitos sociais que nem mesmo os governos anteriores (PSDB

e PT) conseguiram levar a cabo ou mesmo colocaram em pauta. (CASTELO, 2017, p. 64)

Frente aos desafios políticos, econômicos e sociais postos ao conjunto da classe trabalhadora e, considerando o objeto de intervenção do Serviço Social as expressões da questão social. Torna-se evidente a necessidade de formação de intelectuais organicamente vinculados ao projeto da emancipação humana para que seja possível não apenas identificar os desafios históricos, estruturais e conjunturais, mas também desenvolver a capacidade de criar proposições coletivas.

Neste sentido e em consonância com o projeto ético político do Serviço Social Brasileiro, torna-se fundamental a discussão sobre a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na atualidade. A necessidade não reside na escassez de espaços para tal temática mas no fato de que assim como as ferramentas de controle e exploração das classes dominantes aparecem sob diferentes formas ao longo da história também se faz necessária a constante reflexão e elaboração da categoria enquanto classe trabalhadora sobre suas táticas e seu horizonte estratégico para resistência aos ataques e construção de alternativas coletivas emancipatórias.

4)FRENTE DE SERVIÇO SOCIAL DO MTST: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE UMA EXPERIÊNCIA CONCRETA

Recorremos a esta experiência como uma contribuição na reflexão acerca da necessária relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais. Trata-se de uma experiência concreta da prática profissional a nível tático e estratégico em consonância com o projeto ético e político do Serviço Social brasileiro, bem como com seus princípios e diretrizes expressas no Código de Ética profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão. Sendo tático ao explorar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em um projeto de intervenção o qual busca a superação dos desafios institucionais e conjunturais. Estratégico ao ultrapassar a aparência dos fenômenos apresentados e compreender as determinações do espaço urbano na totalidade social. Contribuindo, portanto para avanços não apenas na categoria profissional ou no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, mas

também no processo de organização dos trabalhadores para construção de uma nova ordem societária.

Localizado no vasto e heterogêneo campo dos movimentos sociais urbanos, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é um movimento popular territorial isto é tem a sua organização a partir de territórios periféricos. Sua atuação ao longo dos seus vinte anos de trajetória é marcada pelo enfrentamento à lógica capitalista desigual de produção e distribuição de riquezas através de experiências de organização e lutas populares. As ações do movimento reivindicam como bandeira central o direito à moradia digna entretanto, não se restringe a esta na medida que, compreende o déficit habitacional como expressão do modelo de cidade capitalista a qual:

[...] é pensada como produto da relação capital x trabalho, levando em consideração o processo de formação, realização e distribuição da mais-valia, precedido e acompanhado da apropriação e uso dos recursos naturais, materiais e sociais existentes, para a instalação e funcionamento dos meios de produção (forças produtivas materiais) e das condições gerais da produção capitalista, entre os quais os meios de reprodução da classe trabalhadora. (RAMOS, 2016, p.53)

A análise sobre o papel fundamental das cidades para o processo de formação, realização e distribuição da mais-valia e, portanto para o capital, está intimamente conectada à eficácia das formas de ação adotadas por este movimento. Com travamentos de rodovias, ocupação de terras urbanas - isto é terras que não cumprem uma função social, em desacordo com o art. 5º, inciso XXIII da Constituição Federal de 1988 - e outras ferramentas de mobilização, o movimento denuncia a ilegitimidade da sociedade do capital, construindo a arena política do espaço cidadão.

A Frente de Serviço Social do MTST foi criada conjuntamente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE) no ano de 2014. Naquele momento, o movimento retomava suas atividades no estado do Rio de Janeiro, a partir da ocupação Zumbi dos Palmares, localizada no município de São Gonçalo. A construção da frente teve como objetivo central contribuir para o processo de enraizamento do MTST em São Gonçalo e Niterói através de trabalho de acompanhamento às ações realizadas pelo movimento.

A sistematização da prática profissional dos(as) assistentes sociais na frente, envolveu a construção do projeto de extensão universitária, “A luta por moradia em São Gonçalo: a experiência do MTST na ocupação Zumbi dos Palmares”. Posteriormente, no ano de 2015, foi conformado outro projeto de extensão, relacionado à segunda ocupação do movimento no estado, desta vez no município de Niterói, denominado “A luta por moradia em Niterói: a experiência do MTST na ocupação 06 de Abril de 2010”.

Ambos projetos permanecem em andamento reafirmando o papel social das Universidades Públicas. Isto é, compreendendo que o ambiente universitário é parte de uma determinada estrutura social e que portanto assim como esta se expressa nas universidades, também as universidades se expressam nesta estrutura. No caso destes projetos as intervenções partem de determinada concepção do espaço urbano e dos movimentos sociais, a qual conecta-se com a teoria do valor trabalho de Marx. Tal perspectiva demarca uma ruptura com a neutralidade na pesquisa social e demarca a leitura dos conceitos - movimentos sociais e espaço urbano - como expressão da luta de classes.

A elaboração do projeto de intervenção envolveu as contribuições de estudantes da graduação e pós-graduação em Serviço Social além de professores, ambos das Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O desafio posto consistia em elaborar um projeto capaz de identificar as demandas imediatas, traçar as mediações e assim contribuir para a construção de alternativas coletivas.

A partir das três dimensões da prática profissional da assistente social foi possível realizar: 1) o levantamento do arcabouço teórico metodológico - necessário à compreensão da totalidade social sobre a qual a atuação está inserida; 2) reafirmar os princípios e diretrizes éticas e políticas presentes do projeto ético político da profissão - norteadores da intervenção; 3) construir instrumentos e técnicas de intervenção – necessárias à materialização da atuação.

Dentre as elaborações da frente destacamos aqui o levantamento do perfil sócio econômico por constituir-se elemento chave para as demais

elaborações. Só a partir da realidade concreta daquela população, considerando sua totalidade bem como suas especificidades foi possível construir as demais ações. Para esta etapa foi utilizado um questionário-social construído e realizado pela equipe da frente.

O processo de realização dos questionários possuiu como eixos de debate centrais: relações de trabalho, identidade étnico racial, faixa etária, documentação, escolarização, condições de moradia, acesso à saúde. Eixos considerados a partir das expressões da questão social historicamente presentes nos territórios estudados.

Além do processo de construção do questionário em si, precedeu sua aplicação, o mapeamento da rede socioassistencial da região. Foram levantadas informações sobre os Centros de Referência em Serviço Social, Centros de Referência Especializada em Serviço Social, Defensoria Pública, Ministério Público, e tantas outros serviços públicos que pudessem ser acionados quando necessário.

O mapeamento possibilitou encaminhamentos de demandas democratizando informações sobre programas conquistados nos espaços institucionais. Também foi importante para reconhecer os desafios presentes nestas instituições - burocratização na elaboração e acesso das políticas e programas, inexistência ou ineficiência de ferramentas de controle social, número insuficiente de profissionais, precárias condições materiais de trabalho, vínculos de trabalho precarizado, entre outras tantas – e pensar estratégias de enfrentamento junto a esses profissionais.

Foram aproximadamente quinhentos questionários realizados durante entrevistas sociais pelas assistentes sociais da equipe da frente em parceria com assistentes sociais de outras instituições. Os instrumentos adotados possibilitaram uma abertura para a discussão de questões não necessariamente parte dos eixos centrais do questionário mas levantadas pelos entrevistados.

Os dados coletados foram sistematizados, analisados e estudados pela equipe. Buscando superar a aparência, estes foram relacionados às contradições presentes nas relações sociais de produção que os determinam. Na sequência, foram elaboradas atividades junto ao movimento.

A primeira delas consistiu na apresentação e discussão dos dados junto à população envolvida. A atividade foi realizada oralmente durante o Seminário Estadual do MTST e uma síntese do estudo foi impressa no “O formigueiro”. O objetivo da atividade estava voltado ao reconhecimento de questões coletivas. As informações identificadas nas relações de trabalho, identidade étnico racial, faixa etária, documentação, escolarização, condições de moradia, acesso à saúde apresentadas e discutidas em conjunto apontou para questões que não estão expressas apenas na dimensão individual mas são compartilhadas na dimensão coletiva naquele grupo.

Houve, portanto um avanço político na medida em que o debate sobre auto imagem dos sem teto combateu a individualização e a culpabilização dos sujeitos por contradições socialmente construídas. Constituiu fortalecimento das lutas do movimento em seu processo de enraizamento. O registro desse processo também serviu como ferramenta de pressão e negociação com o poder público a respeito da obtenção, definitiva, do terreno destinado à construção das moradias populares além de questões referentes à demais áreas.

As atividades desenvolvidas posteriormente junto ao movimento foram retroalimentadas pelas questões levantadas, nesses espaços puderam ser discutidas com um maior grau de profundidade. Podemos destacar algumas das atividades realizadas: oficinas com enfoque na questão racial, direitos sociais, questão penal e segurança alimentar; construção de uma brinquedoteca; exibição de filmes com debates; As atividades possibilitaram um contato maior com a base social do movimento o que fez avançar as relações de confiança política na equipe, elemento importante tanto para identificação e acompanhamento de casos sociais como também, para uma maior abertura no diálogo entre a equipe e esta base no sentido de construir alternativas coletivas.

Diante das atividades anteriormente explicitadas podemos concluir que os avanços políticos de tais estudos estão profundamente conectados com o Art. 5º Código de Ética do/a Assistente Social (1993) o qual afirma como dever do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: “devolver as

informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;”

Os avanços concretos presentes nesta experiência não a exime das contradições, desafios e limitações impostas pelo contexto na qual está inserida. Se por um lado, as expressões viscerais da questão social presentes nos territórios impõe a urgência da organização, mobilização e das lutas dos trabalhadores. Por outro lado, a focalização, seletividade e mercantilização de políticas públicas – sobretudo sociais – minam as condições mínimas de articulação.

No que tange ao trabalho da frente, o sucateamento das universidades públicas se desdobra na ausência de uma infraestrutura necessária para a realização de projetos como os citados ao longo do texto e que poderiam contribuir significativamente às intervenções; outro aspecto importante são as limitações impostas aos profissionais da rede socioassistencial os quais enfrentam as péssimas condições de trabalho nas instituições públicas sucateadas; por fim mas não menos importante estão as condições materiais de organização da base social do movimento que envolvem violência estrutural e suas múltiplas expressões que impõe gigantes barreiras à mobilização e organização da classe trabalhadora.

Neste sentido, compreendendo o Serviço Social inserido na divisão sócio técnica do trabalho destacamos que:

A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária é antes de tudo uma opção forjada coletivamente no interior da nossa profissão, mas que de modo algum representa uma vontade que lhe seja exclusiva. Daí a necessidade de articulação com outros sujeitos profissionais e sociais para a realização de uma práxis efetivamente emancipatória, reconhecendo que o protagonismo dessa construção não se dá no campo de qualquer profissão. (ALMEIDA, 2013, p.100)

Desta forma, a experiência da Frente de Serviço Social do MTST vem sendo uma importante contribuição da categoria profissional às lutas em defesa da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

CONCLUSÃO

Diante de um duro quadro para os trabalhadores e suas organizações com processos de desorganização, precarização do trabalho, dessindicalização, aprofundamento das desigualdades sociais e duros ataques à democracia e considerando o Serviço Social inserido na divisão sócio técnica do trabalho, o concluímos que o mesmo não está isento desta realidade. Assim, a fim de seguir no curso processual de avanço de dimensão ideopolítica que a categoria tem realizado a nível continental desde o movimento de reconceituação latino americano, torna-se necessário refletir sobre as possibilidades de enfrentamento à subtração da dimensão intelectual nas intervenções profissionais.

Vimos que não se trata de uma situação restrita ao contexto latino americano, mas possui particularidades e agravamentos relacionados à estrutura capitalista dependente historicamente construída.

Ao longo do presente trabalho, defendemos o fomento das intervenções profissionais nos processos de mobilização e organização popular como uma das possibilidades concretas e fundamentais para a realização deste enfrentamento.

Essa apreensão pode abrir novos horizontes para o exercício profissional, no sentido de favorecer que nossas ações não se pautem pelo fornecimento de informações que levem à simples adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais, à individualização do acesso a serviços e políticos que reforçam a perspectiva de subalternização e do apassivamento. Mas ao contrário: pode nos abrir a possibilidade interventiva de trabalhar nos sujeitos a busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas necessidades. Isso demanda, por exemplo, estimulá-los à participação quando inexitem; desenvolver ações de mobilização e organização popular nos espaços em que atuamos pela visibilização da participação dos sujeitos no processo de elaboração e avaliação das políticas e dos serviços que operamos.” (Duriguetto, 2014: p. 189)

Ao realizar a análise crítica da experiência concreta em construção da Frente de Serviço Social do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, evidenciamos os ganhos materiais e imateriais aos sujeitos coletivos envolvidos. Compreendemos que estes avanços não se restringiram à garantia

de acesso a direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, mas também contribuiu para fortalecimento da organização coletiva daqueles indivíduos.

Portanto, diante dos novos enclaves proporcionados pela luta de classes no século XXI, é essencial a constante renovação das distintas formatações da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Disponível em <<http://www.abepss.org.br/historia-7>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. In: PROJETO ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BONETTI, Dilséia, VINAGRE, Marlise, SALES, Mione & GONELLI, Valéria M.M. **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. 13. ed. São Paulo, Cortez, 2012.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Universidade Sociedade**, Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, n. 60, jul.2017.

CRESS. **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro, 2013.

ENESSO. Disponível em:

<<https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>>

Acesso em: 5 jul. 2018.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Para análise dos movimentos sociais urbanos: da concepção de comunidade à teoria do valor trabalho de Marx. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.26, n. especial, 2016.

